

# A CRIANÇA AUTISTA NA LINGUAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENUNCIÇÃO DOS ÍNDICES DE PESSOA

José Temístocles Ferreira Júnior (UFRPE)

[josetemistocles@yahoo.com.br](mailto:josetemistocles@yahoo.com.br)

Renata Barbosa Vicente (UFRPE)

[renatab.vicente@gmail.com](mailto:renatab.vicente@gmail.com)

## Introdução

Desde muito cedo, a relação que a criança estabelece com a linguagem e com o outro é permeada por singularidades inscritas e manifestas no próprio processo de aquisição da linguagem, seja em crianças autistas ou não. No caso da instauração de um quadro autístico, as idiossincrasias presentes no processo de constituição subjetiva por que passa a criança ficam patentes e são levadas ao extremo, a ponto de Birman (1997) e diversos pesquisadores afirmarem que o autismo sempre se realiza e se materializa no plural “autismos”<sup>1</sup>, assinalando as particularidades existentes em cada criança diagnosticada autista.

Apesar das singularidades flagrantes em cada caso de autismo, um traço bastante comum ao transtorno diz respeito à recusa de explicitação subjetiva nas instâncias da linguagem: a criança autista parece fugir, em graus diversos, aos índices de subjetividade disponíveis na linguagem e às formas de interação que a coloquem à mostra para o outro.

Em virtude disso, configura-se no autismo uma questão particularmente intrigante para investigadores e leigos: qual a forma de acesso ao mundo retraído das crianças diante da aparente ausência de linguagem? Aliás, como afirmam Cavalcanti e Rocha (2001), a própria existência do sujeito autista é posta em xeque já que, supostamente, não haveria discurso.

Por outro lado, tomando como base as considerações de Benveniste (1988), é impossível compreender a enunciação do outro sem ser afetado pela linguagem ou mesmo posicionar-se em relação a ela. Tal perspectiva apresenta alguns pontos que devem ser levados em consideração para o tratamento dos dados da linguagem na criança autista: a) se a criança enuncia, em qualquer momento, deve-se considerar o movimento de ocupação de um lugar nas instâncias da linguagem para que o ato enunciativo seja possível; b) o que se pode dizer do sujeito quando a linguagem se mostra latente?

Neste artigo, objetivamos lançar algumas possibilidades para se tomar a relação entre o transtorno autístico e a enunciação infantil. Para tanto, tentamos (re)pensar alguns postulados teóricos de Benveniste (1988 e 1989) acerca do sujeito na enunciação e quais as implicações destes postulados para a aquisição de linguagem, para, só então, analisar de que modo o(s) transtorno(s) de linguagem pode(m) revelar a singularidade do sujeito na língua. Utilizamos para tanto dados de interação entre uma criança autista e uma terapeuta da clínica de linguagem. Os resultados mostram que, através da observação dos movimentos da enunciação, é possível perceber a singularidade do sujeito autista na linguagem.

## 1. A linguagem no autismo e a criança autista na linguagem

Desde os primeiros apontamentos de Kanner (1943) sobre o lugar da linguagem no quadro autístico, diversos pesquisadores se voltaram para descrições do comportamento comunicativo das crianças autistas. Nesse contexto, as pesquisas destacaram no comportamento autístico (incluindo-se aí a linguagem): movimentos estereotipados (repetitivos), indiferença à fala humana, ausência do gesto de apontar, falta de sinais

---

<sup>1</sup> Mesmo reconhecendo a pertinência da observação de Birman (1997), usaremos aqui a expressão “autismo”, sob a advertência de que, metonimicamente, o singular deve indicar o plural.

interativos (como sorriso, troca de olhares, balbucios etc.), mutismo intenso, maior interesse por objetos que pela presença humana, dificuldade de inversão pronominal (utilização dos pronomes de terceira pessoa no lugar dos pronomes de primeira pessoa), fala ecolálica (reprodução da fala do adulto), inabilidade para utilização do código linguístico etc.. Nesse caso, a descrição da linguagem no autismo se insere no quadro das atipicidades do comportamento verificável no transtorno, sem haver pretensão de determinação do(s) nexos causal(is) subjacente(s) à sintomatologia autística.

Sem dúvida alguma, é difícil formular descrições sumárias de comportamentos tão irregulares e, ao mesmo tempo, tão escassos. O modo de ser da criança autista desafia os princípios que norteiam o paradigma positivista e põe à prova qualquer tentativa de formulação de axiomas universais com base em procedimentos homogeneizantes. Por outro lado, o estudo da sintomatologia do autismo não deve se limitar às manifestações ou tampouco encerrar as explicações no rótulo de “desvio patológico”, sob pena de perder de vista os fatores envolvidos no funcionamento singular da constituição da subjetiva no autismo.

No que diz respeito à linguagem, o quadro sintomático instaurado no autismo demanda um deslocamento de perspectiva para o exame da singularidade no sintoma, qual seja: de que maneira o uso singular da linguagem pode revelar aspectos gerais envolvidos no seu funcionamento? Ou ainda: o que o transtorno autístico pode dizer sobre a relação entre linguagem e subjetividade?

De todo modo, do ponto de vista do sintoma, as faltas constantes no comportamento da criança autista não devem fazer supor a ausência de um funcionamento latente, seja se linguagem, de interação, seja de subjetividade. Não são raros os relatos de familiares e pesquisadores sobre crianças autistas que resistiam a qualquer tipo de interação e pareciam mesmo não dispor de recursos linguísticos para comunicação e, repentinamente, fizeram uso de palavras ou frases em contextos situados. Os próprios registros de Kanner (1943) sobre as crianças que descreveu dão margem à hipótese de um funcionamento latente da linguagem. O caso 3, por exemplo, trata de uma criança (Richard) que parecia bastar-se a si mesma e que não esboçava sinais de linguagem. Certa noite, a babá de Richard escutou-o dizer, claramente, “boa noite”. Em outros casos acompanhados por Kanner, há relatos de situações semelhantes.

As manifestações da linguagem na criança (autista ou não) devem ser vistas como efeito de um processo de interações sucessivas e relacionais. Logo, é inviável pensar a determinação do ponto de início do funcionamento da linguagem no indivíduo, pois sua explicitação supõe um período de latência cujas proporções são indeterminadas. Não se trata de uma inferência com base em uma avaliação de natureza subjetiva, passível de questionamentos. Se a criança fala ou se, de algum modo, é afetada pelos significantes da linguagem, em qualquer momento que seja, é razoável considerar o período que antecede à explicitação linguística em si. Cabe, então, questionar a suposta ausência da linguagem no retraimento da criança autista.

Nesse sentido, se o silêncio da criança autista não deve indicar a ausência de interação e se a interação está condicionada ao uso da linguagem, é preciso lançar mão de uma perspectiva de linguagem que inclua sua falta de manifestação e que suporte os sintomas singulares da constituição do sujeito. Como questiona Birman (1997): o que é a linguagem e o que é o sujeito para que o autismo seja possível? A resposta a este questionamento investe na formulação de uma gramática do impossível, e, nesse sentido, nossa pesquisa segue o rastro da afirmação de Birman (Idem) sob o escopo de pensar uma parte dessa gramática ligada ao apenso da língua.

## 2. A enunciação da criança autista

Apoiados em postulados teóricos de Benveniste (1988 e 1989), segundo os quais a enunciação dispõe de mecanismos que demandam continuamente do indivíduo uma tomada de posição como sujeito, buscaremos analisar de que modo o transtorno autístico na linguagem pode revelar a singularidade do sujeito na língua.

Benveniste (1988, p. 186)) afirma que “*é na e é pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito.” (os itálicos são nossos). A nosso ver, a disposição preposicional nessa assertiva benvenistiana deve ser lida em sua literalidade. Antes mesmo de enunciar, o homem é imerso em uma rede de significantes propostos pelo outro. Estes significantes inquiram o indivíduo a seguir um caminho sem volta: ocupar uma posição na instância discursiva da linguagem. Trata-se do primeiro movimento do sujeito em direção à enunciação: movimento de ocupação enunciativa ou movimento *na* linguagem. Esse movimento leva a criança ao movimento de proposição subjetiva pela linguagem: a experiência da ocupação da estrutura enunciativa é seguida pela marcação dos papéis subjetivos no discurso. A criança/locutor se apresenta como sujeito e remete a si mesmo como *eu* e ao outro como *tu* de sua enunciação.

Esses dois movimentos não são exatamente explícitos, mas estão implicados na colocação da linguagem em funcionamento. Para enunciar ou mesmo para compreender a enunciação do outro é necessário que o sujeito assumas as bases da linguagem condicionantes do ato enunciativo, quais sejam: temporalidade, espacialidade e pessoalidade. O ponto que nos interessa aqui diz respeito à categoria de pessoalidade.

Para entendermos as considerações de Benveniste a respeito da categoria de pessoa, é necessário situarmos algumas noções subjacentes à abordagem enunciativa desse autor. É interessante destacar, com Normand (2009), que a teoria de Benveniste, ao mesmo tempo em que retoma elementos da visão saussuriana de língua como sistema de signos, amplia a perspectiva formalista dos estudos da linguagem: para Benveniste a língua é, sim, um sistema formal, mas serve à enunciação.

Além disso, para compreender o modo com que se dá a relação entre referência e enunciação em Benveniste é necessário levar em consideração dois aspectos distintos no pensamento benvenistiano: o primeiro deles diz respeito ao par significação e designação; e o segundo, a relação entre referência e enunciação. Esse segundo ponto suscita, no entender de Normand, a especificidade sui-referencial da noção de pessoa para Benveniste, permitindo ao autor conjugar em seu programa de teorização/descrição linguística os pontos essenciais da Semiologia: o sujeito e o sentido.

No pano de fundo dessa discussão, encontra-se a preocupação de Benveniste com as marcas de subjetividade presentes na língua. Se a referência é determinada pelo uso da língua e a significação se presentifica no *a priori* das relações do signo com os outros signos, há, por outro lado, termos que possuem a particularidade de remeter unicamente às instâncias do discurso em que estão inseridos. Nesse sentido, o problema da relação entre referência e enunciação situa a singularidade da Semântica de Benveniste, pois nele se encontra a preocupação com a descrição de alguns tipos de enunciados com a particularidade de não dissociar sentido e referência, ao mesmo tempo em que instalam na língua o sujeito que nela enuncia.

Desse modo, Benveniste volta-se para o estudo dos indicadores de pessoa na frase, formas disponíveis na língua utilizadas para convertê-la em discurso, cujo emprego remete à enunciação. Trata-se, em outras palavras, de formas linguísticas vazias de referência das quais o locutor pode se apropriar para se atualizar no discurso. Esses indicadores remetem, portanto, a uma realidade enunciativa e, por isso, devem ser tomados em relação à instância discursiva em que estão inseridos. É esse caráter sui-referencial dos indicadores de subjetividade que nos leva a perceber que o sujeito está na língua e, por essa razão, deve ser pensado em sua enunciação.

Assim sendo, sob a noção de indicadores de subjetividade estão contempladas as categorias que indicam pessoalidade, espacialidade, temporalidade, etc. Todas essas categorias possuem caráter subjetivo, mas é a categoria de pessoalidade que nos interessa aqui. A noção de pessoalidade pode se apresentar de diferentes modos e em diferentes classes de palavras: nas desinências verbais, nos nomes e nos nomes próprios, nos pronomes. Quanto a esses últimos, Benveniste é categórico: “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para revelação da subjetividade na linguagem”. Os pronomes que remetem à pessoa no discurso são *eu/tu*, e o *ele* destina-se à categoria de não-pessoa. Benveniste estabelece também uma distinção de caráter subjetivo entre as duas primeiras pessoas: a primeira pessoa possui caráter subjetivo em oposição à segunda.

Com relação à categoria de pessoa (*eu/tu*), pode-se ainda afirmar que há nela certa “polaridade”, uma vez que, ao proferir-se um “eu” nas instâncias enunciativas, instala-se simultaneamente um “tu”, a quem o sujeito dirige sua enunciação. Em Benveniste, porém, fica bem marcado que essa polaridade não significa simetria, pois o “eu” vai sempre exercer “uma posição de transcendência” com relação ao “tu”, muito embora cada um desses termos não possa ser concebido sem o outro.

### 3. Análise dos dados

Sob o aporte teórico que explicitamos acima, iremos analisar dois fragmentos de cenas envolvendo crianças autistas diferentes. Nosso *corpus* é formado por dados de interação entre uma criança autista, sua mãe e sua prima (recorte 1) e outra criança autista e uma terapeuta da clínica de linguagem. Os resultados mostram que, através da observação dos movimentos da enunciação, é possível perceber regularidades e singularidades da criança autista na linguagem.

**Recorte 1** – Idade da criança: 18 meses.

Contexto: Clarissa está dançando na sala da sua casa, junto com uma prima mais velha de cinco anos de idade. A mãe da criança filma a situação. Na televisão passa um DVD de uma banda de forró eletrônico.

T*	Gesto (mãe)	Fala (mãe)	Gesto (criança)	Fala (criança)
1		<i>Clári, seguri não ela.</i>	As duas criança dançam na sala (rodando e dançando)	
2		<i>chame ela, Vanessa<sup>2</sup>. chame ela, chame se não ela não vai</i>	(sai do foco da filmagem)	
3			criança maior bate as duas mãos	CLARISSA
4			volta para a sala e começa a dançar imitando a prima	
5		<i>Ah eu não vou filmar mais não, ela não fica nu lugar certo.</i>	Clarissa se aproxima da câmera e olha para ela. Sorri e tenta pegar a câmera com a mão direita aberta.	Humm. Humm.

6	Mãe pede que Vanessa fique com Clarissa na sala dançando	<i>Vá pra lá pra ela ficar cum você</i>	As duas crianças dançam e rodopiam juntas na sala.
7	Mãe pede para que a sobrinha pare de rodopiar.	<i>Pare se não ela vai ficar tonta.</i>	As duas crianças rodopiam juntas. Clarissa rodopia com os braços abertos, olhando para o chão.
8		<i>Chame ela Vanessa</i>	Clarissa para de rodopiar, anda olhando para o chão, enquanto a prima continua a dançar.
9		<i>Vá para garagem, traga ela para garagem. Venha, leve.</i>	

Como dissemos, todo uso da linguagem supõe a existência de um arranjo necessário e condicionante para o ato enunciativo. Logo, partindo dessa premissa, entendemos que, se a criança autista não se mostra indiferente ao discurso do outro (no caso acima, esse outro está representado pela mãe e pela prima da criança), de algum modo a criança está na linguagem. Tal constatação ganha força se considerarmos os gestos de dança, sorriso, troca de olhar etc., além de respostas verbais (turnos 3 e 5).

Ora, superada a questão (“maniqueísta”) que buscou simplificar a questão da linguagem no autismo em termos de “estar ou não estar”, a discussão se volta para o *modus operandi* do funcionamento singular da linguagem na criança autista e para os modos de subjetivação de uma criança que busca a introspecção.

Percebe-se que nos gestos da criança há uma oscilação considerável. A princípio, a criança parece estar à mercê das ações da prima e das orientações da mãe, porém seus gestos começam a denunciar o comportamento que assume diante das ações da prima. A criança autista da cena acima, em nenhum momento, deixa transparecer indiferença ao comportamento da mãe e da prima e suas ações denunciam seu modo esquivo de se portar nas interações com o outro.

Mostraremos a seguir alguns dados de interação entre uma criança autista e uma terapeuta, retirados de Maia (2007, p. 79)<sup>3</sup>:

## Recorte 2

Contexto interativo: A terapia é iniciada com a entrada da terapeuta e da criança na sala. Há bolas coloridas espalhadas no chão. Ao entrar, Hugo pega uma das bolas, e a terapeuta, outra.  
Idade: 07 anos e 05 meses

Gesto (terapeuta)	Fala (terapeuta)	Gesto (criança)	Fala (criança)
1 pega uma das bolas e joga contra a parede	((cantando)) <i>jó:ga: bo:la'</i> <i>não dê:xa caí'</i> <i>vou jogá:</i>	((aparentemente indiferente à terapeuta)) segura uma bola	

<sup>3</sup> Para ter acesso a uma leitura mais esmiuçada desses e de outros dados, recomendamos ver: <http://www.cchla.ufpb.br/posletr/Teses2007/Juliana.pdf>, acessado em 23/02/2009.

	<i>bola(...)</i>	nas mãos e morde o pito da bola	
2 pára de jogar e olha para a criança	<i>hu:gu:’ não podi butá a bola na boca’</i>	continua mordendo o pito da bola	
3 tira a bola da criança e remove o pito	<i>vô tirá’ sinão você podi ingulí i si machucá’</i>	observa enquanto a bola murcha	
4 aperta a bola, direcionando a saída de ar para o rosto da criança	<i>qui ventinhu bom’ né” olha u ventinhu’</i>	continua observando a bola murchar	
5 depois que a bola esvazia, deixa-a no chão. Fica de frente para a parede e recomeça o jogo de atirar a bola contra a parede, usando outra bola.	((cantando)) <i>jó:ga: bo:la’ não dê:xa caí’ vou jogá: bola(...)</i>	olha atentamente para a terapeuta	
6		pega a bola murcha e entrega-a à terapeuta	<i>’enchi ‘enchi</i>
7 coloca uma mão na bola vazia e olha para a criança	<i>eu não sei inchê:’ vamú pedí a seu edson’</i>		
8		olha para a terapeuta enquanto segura a bola	<i>jó:ga: bo:la’ não dê:xa caí’</i> ((imita a terapeuta))
9 Continua olhando para a criança; segura, junto com ela, a bola vazia	<i>eu sei qui você qué jogá a bola’ mas eu não consigu inchê</i>		
10		alterna o olhar entre a terapeuta e a bola murcha	<i>’enchi ‘enchi</i>

Podemos observar, na situação descrita acima, uma série de comportamentos que nos fazem questionar a tese de que não há sujeito no autismo. Percebe-se que nos gestos da criança uma oscilação considerável. A princípio, a criança se mostra indiferente às ações da terapeuta, mantendo sua atitude de morder a bola mesmo diante da solicitação da terapeuta que pede para parar; já aí se vê uma opção da criança em manter-se indiferente, mas não alheia, ao pedido da terapeuta. Porém, logo em seguida, o garoto passa a trocar olhares com sua terapeuta, chegando, inclusive, a entregar-lhe a bola que havia murchado. Ora, estamos diante de um modo muito singular de se portar, mas talvez seja errôneo pensar que não há nenhuma ação por parte da criança. Do mesmo modo, podemos observar a singularidade das falas do sujeito autista. No turno 08, verifica-se a ocorrência de uma fala ecológica em que a criança “imita” a terapeuta. As razões para esse comportamento podem ser diversas e cabe

ao terapeuta levantar hipóteses sobre o fenômeno para entender a questão; nossas questões com o autismo dizem respeito à fala, sobretudo para entender o modo com que essa fala revela a singularidade do sujeito na língua; e, nesse sentido, questiona-se: será que a criança recortou um fragmento aleatório do discurso da terapeuta? Mesmo se afirmássemos isso (o que seria bastante questionável), havemos de concordar que a criança atribui uma entonação específica ao fragmento recortado e o atualiza em uma situação adequada da enunciação. Se compararmos o número de enunciados proferidos pela criança aos enunciados da terapeuta, constataremos uma disparidade considerável, mas podemos também pensar que a *falta* é sempre constitutiva do sujeito, seja ele dotado de patologias ou não.

De fato, se tomarmos como parâmetro esta sessão, poderemos dizer que nela há ausência dos indicadores de subjetividade apontados por Benveniste, mas se a língua representa o aparelho formal da enunciação e o fundamento da subjetividade está no exercício da língua, ou seja, na enunciação, poderíamos pensar a singularidade do movimento desse sujeito, que não faz uso dos primeiros pontos para revelação da subjetividade na linguagem (os indicadores de subjetividade), mas lança mão de outros dispositivos para se colocar na língua. É fato que, tanto nesses fragmentos quanto em outras passagens analisadas por Maia (2007), observa-se a ausência de indicadores de pessoa na fala desse sujeito autista; tal fenômeno pode nos revelar algo desse sujeito, que, ao perceber o caráter extremamente subjetivo desses indicadores, prefere não fazer uso deles, esquivando-se da explicitação de subjetividade ao mesmo tempo em que demonstra a peculiaridade de suas produções enunciativas.

De fato, podemos perceber a especificidade das falas dessa criança, mas parece improvável a afirmativa de que “não há sujeito no autismo”, sobretudo se considerarmos suas produções à luz da perspectiva enunciativa de Benveniste, como o fizemos aqui.

Infelizmente, a questão ainda carece de um olhar mais acurado e, no campo da Aquisição da Linguagem, ainda são poucos os trabalhos que têm se voltado para a investigação do modo de funcionamento da linguagem e do sujeito no autismo, porém as pesquisas da área, seguindo uma perspectiva linguístico-discursiva, tentam conceber o sujeito autista não pela só *falta* (que lhe é tão marcada e, ao mesmo tempo, constitutiva), mas pela singularidade de sua relação com a linguagem.

### **Considerações finais**

Há de se reconhecer que a entrada da criança autista nos sistemas significantes é regularmente muito particular e que a ausência de uma linguagem manifesta, nos moldes convencionais, constitui um dos sintomas mais relevantes para terapeutas de diferentes inclinações teóricas atestarem o delineamento do transtorno autístico. No entanto, sob um ponto de vista linguístico-discursivo, cabe fazer alguns questionamentos: será que o silêncio da criança autista indica sua marginalidade na linguagem? O que dizer da linguagem quando esta aparentemente falta no indivíduo? Ou ainda: o que dizer de um sujeito marcado pela falta de explicitação de linguagem, de comunicação e de interação? As respostas a tais questões podem ser dimensionadas sob o ângulo da problematização daquilo que está implícito no ato enunciativo.

A hipótese de um sujeito no autismo cede lugar à constatação de que há pontos no processo de aquisição da linguagem e na constituição subjetiva da criança que não são passíveis de observação, mas podem ser vislumbrados a partir da enunciação. Se aceitarmos tal premissa, seremos impelidos a reconhecer o caráter retroativo da presença da criança na linguagem, pois para que cada locutor enuncie é preciso que ele já ocupe um espaço na língua. Insistimos, pois, nesse aspecto apriorístico que envolve o ato enunciativo: para *ser* ou

para se propor sujeito na enunciação, é preciso *estar* na linguagem. E na justa medida em que o sujeito se constitui na linguagem, a linguagem descobre o sujeito, expondo-o ao outro.

A linguagem “intima” a criança para a ocupação de um lugar nas instâncias enunciativas. E é necessário sublinhar a natureza irreversível dessa intimação, pois ela não admite recusa nem volta. Uma vez tocado pela linguagem, o indivíduo não dispõe de condições para dizer não à sua convocação, imerso que está em seu espectro significante. Buscando a contrapartida dessa condição intimante da linguagem, a criança autista investe na tentativa de não se mostrar ou mesmo não se propor como sujeito. Nesse caso, a tentativa de recusa à linguagem e à sua implicação subjetiva denuncia tão logo a singularidade com que a criança autista está e se apresenta na linguagem. Em outras palavras, o recurso à esquiva subjetiva acaba por denunciar a criança autista, expondo o modo com que esta singularmente se constitui como sujeito e se inscreve na enunciação.

#### Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. 1988. *Problemas de Linguística Geral I*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_, E. 1989. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

BIRMAN, Joel. Apresentação. In: CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer (Orgs.). *Autismos: construção e desconstruções*, São Paulo: Casa do psicólogo, 2001. 149 p.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer (Orgs.). *Autismos: construção e desconstruções*, São Paulo: Casa do psicólogo, 2001. 149 p.

MAIA, Juliana Costa. 2007. *Um viés constitutivo do sujeito na terapia de linguagem com uma criança autista*. Dissertação de mestrado inédita. UFPB.

NORMAND, Claudine. Benveniste: qual semântica? In: \_\_\_\_\_. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.